

# RELAÇÃO ENTRE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR, FATORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DE INDIVÍDUOS ATENDIDOS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM UM MUNICÍPIO CATARINENSE.

## Ciências da Saúde.

Emanuelle Pereira de Souza<sup>1</sup>; Andriele Vieira<sup>2</sup>(orientadora)

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA  
Nutrição, Tubarão

## Introdução

Falar sobre segurança alimentar vem de muito tempo atrás, mas ainda é algo que deve ser debatido com muita atenção, pois o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está sempre em construção, indo além da questão nutricional, mas envolvendo a cultura, a política e os fatores socioeconômicos de uma determinada população.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) tem como visão assegurar o direito humano à alimentação adequada, regular e permanente de alimentos em quantidades suficientes para refeições, como respeitando as necessidades nutricionais de cada indivíduo.

No entanto, desde o ano de 2020 com o surgimento da crise sanitária do COVID-19, a população brasileira explicitou a grande diferença de realidades sociais encontradas, principalmente em relação à fome e à miséria. Aumentando assim, a necessidade da discussão da desnutrição e da insegurança alimentar dessa parcela da população brasileira, sendo implicado também, na meta do projeto Fome Zero até o ano de 2030 como Cúpula Mundial da Alimentação da FAO.

## Objetivos

A pesquisa teve por objetivo, analisar e relacionar os fatores socioeconômicos e a insegurança alimentar de uma parcela da população que é atendida em dois Centros de Referência de Assistência Social em uma cidade do estado de Santa Catarina. Como também, classificar as classes que os indivíduos se encontravam durante a realização do estudo, para da mesma forma, analisar a relação dos fatores da insegurança alimentar.

## Metodologia

Para a realização da pesquisa, foi aplicado, com cada um dos 138 participantes, um questionário sociodemográfico, coletando dados pessoais como renda mensal, nível de escolaridade e quantidade de moradores na residência. De mesmo modo, um questionário utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de 14 perguntas sobre a dificuldade ao acesso de alimentos para os indivíduos menores ou igual a 18 anos de idade.

Ademais, houve pesquisa bibliográfica, descritiva e quantitativa.

## Resultados

Variáveis	Classificação EBIA				Valor de p
	Segurança Alimentar N (%)	Insegurança Alimentar Leve N (%)	Insegurança Alimentar Moderada N (%)	Insegurança Alimentar Grave N (%)	
A	-	1 (2,3%)	-	-	0,03*
B1	1 (9,1%)	-	-	-	
B2	2 (18,2%)	2 (4,7 %)	2 (7,7%)	2 (3,4 %)	
C1	5 (45,5 %)	19 (44,2%)	7 (26,9%)	7 (12,1 %)	
C2	2 (18,2%)	16 (37,2%)	9 (34,6 %)	23 (39,7%)	
DE	1 (9,1 %)	5 (11,6 %)	8 (30,8%)	26 (44,9%)	

Tabela 1: Tabela Cruzada – Classificação da EBIA e a classe socioeconômica de acordo com os níveis de insegurança alimentar.

Variáveis	Número (N)	Frequência (%)			
<b>Sexo</b>			Desempregado	72	25,2
Masculino	29	21	Autônomo	28	20,3
Feminino	109	79	Empregado de empresa pública	3	2,2
<b>Estado Civil</b>			Empregado de empresa privada	16	11,6
Solteiro	66	47,8	Aposentado	17	12,3
Casado	41	29,7	<b>Renda</b>		
Divorciado	25	18,1	Sem renda	39	28,3
Viúvo	6	4,3	Menos de um salário mínimo (606,00)	22	15,9
<b>Escolaridade</b>			Até um salário (R\$1.212,00)	45	32,6
Analfabeto	4	2,9	De 1 a 2 salários (R\$1.212,00 a R\$2.424,00)	26	18,8
Sabe ler e escrever	1	0,7	<b>Auxílio Governamental</b>		
Ensino fundamental incompleto	52	37,7	Sim	44	31,9
Ensino fundamental completo	16	11,6	Não	94	68,1
Ensino médio incompleto	19	13,8	<b>Qual</b>		
Ensino médio completo	35	25,4	Auxílio Brasil	37	82,2
Ensino superior incompleto	4	2,9	<b>Tipo de casa</b>		
Ensino superior completo	7	5,1	Casa alugada	59	42,8
<b>Ocupação</b>			Casa própria	48	34,8
Estudante	2	1,4	Apartamento alugado	5	3,6
			Habitação social	1	0,7
			Cassa cedida	2	1,4
			Não referiu	23	16,7
			<b>Pessoa com comorbidade</b>		
			Sim	65	47,1
			Não	73	52,9

Tabela 2: Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa.

## Conclusões

Percebe-se então, que há uma grande insegurança alimentar no município. O Brasil já foi um país de exemplo no combate à fome entre os anos de 2003 à 2014. Porém, é evidente o retrocesso durante os últimos anos, principalmente com a pandemia do COVID-19 para a população mais desfavorecida. No entanto, desde 2018 a população brasileira estava em um nível moderado de insegurança alimentar, mostrando que cada vez mais a população enfrentaria problemas relacionados à demanda de alimentos adequados para suprir as necessidades nutricionais, colocando a integridade dos indivíduos futuramente em risco. Assim, há necessidade de realização de novas implementações de políticas públicas, principalmente para o combate à fome para diminuir riscos de desnutrição, seguindo o conceito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

## Bibliografia

- BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm). Acesso em: 07 ago, 2023.
- BRASIL. O ESTADO DA SEGURANÇA ALIMENTAR. E NUTRICIONAL NO BRASIL. Um retrato multidimensional. RELATÓRIO 2014. Brasília, Agosto de 2014. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/SANnoBRasil.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf). Acesso em: 10 ago, 2023.
- BURITY, Valéria et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: Abrandh, 2010. Disponível em: [https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa\\_no\\_contexto\\_da\\_san.pdf](https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf). Acesso em: 09 ago, 2023.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 - 2018. Rio de Janeiro 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101886.pdf>. Acesso em: 08 ago, 2023.
- RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 3421-3430, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?format=html#>. Acesso em: 12 ago, 2023.

